

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE QUÍMICA  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA**

**TIAGO DE PAULA SILVA**

**EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O ENSINO DE QUÍMICA:  
UMA ANÁLISE DAS AÇÕES REALIZADAS PELA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR  
DO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR PAULO FREIRE - 2017**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 2**

**LONDRINA**

**2022**

**TIAGO DE PAULA SILVA**

**EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O ENSINO DE QUÍMICA:  
UMA ANÁLISE DAS AÇÕES REALIZADAS PELA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR  
DO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR PAULO FREIRE - 2017**

**EDUCATION OF ETHNIC-RACIAL RELATIONS AND THE TEACHING OF  
CHEMISTRY: NA ANALYSIS OF THE ACTIONS TAKEN BY THE  
MULTIDISCIPLINARY TEAM OF THE PROFESSOR PAULO FREIRE STATE  
COLLEGE - 2017**

Trabalho de Conclusão de Curso 2 apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Química, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Suseli Cristiane Alves Camilo

Co-orientadora: Profa. Jucélia Celeste Ponce

**LONDRINA**

**2022**



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

Esta licença permite remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es) e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.

**TIAGO DE PAULA SILVA**

**EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O ENSINO DE QUÍMICA:  
UMA ANÁLISE DAS AÇÕES REALIZADAS PELA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR  
DO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR PAULO FREIRE - 2017**

Trabalho de Conclusão de Curso 2 apresentado no dia 09 de dezembro de 2022 como requisito para obtenção do título de Licenciado em Química da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, câmpus Londrina. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

09 DE DEZEMBRO DE 2022

---

Profa. Jucélia Celeste Ponce  
(SEED – PR)

---

Profa. Marcia Cacilda Ribeiro  
(Coordenadora de Diversidade – NRE/Londrina)

---

Profa. Dra. Maria Nilza da Silva  
(Departamento de Ciências Sociais – CCH/UEL)

---

Profa. Dra. Suseli Cristiane Alves Camilo  
(Departamento Acadêmico das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – DACHS/UTFPR)

**LONDRINA**

**2022**

Dedico este trabalho à minha musa inspiradora, Professora  
Almerita Jurema de Paula. Você é a minha eterna Menina  
Bonita do Laço de Fita.  
Te amo, Tia Me.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Deus por me abençoar todos os dias da minha vida, por me dar saúde e forças para continuar, mesmo quando a vontade de desistir era grande. Obrigado Deus, por me escolher desde o dia em que eu nasci e por ter cuidado da minha vida até hoje. Obrigado por ser tão bom comigo e tão presente na minha vida. Obrigado.

A meus pais Antônio Carlos e Flora, à minha irmã Cassia, que em todos os momentos me apoiaram, me dando forças e trilhando este caminho comigo. À minha família que sempre foi meu alicerce, minha base. Sempre oram por mim e me dão suporte quando necessito. Em especial, eu não chegaria até aqui sem os conselhos da minha amada tia Maria Vitória. Exemplo de mulher negra, mãe e serva de Deus. Saudades, tia.

À minha avó Almerita, que me acompanhou desde o início da graduação, me dando forças, orando por mim e me fazendo companhia mesmo chegando em casa muito tarde. Obrigado Vó, pelas orações, pela companhia e por todo amor e carinho que teve comigo. Sinto sua falta todos os dias. Dedico toda a minha faculdade à senhora. Te amo.

Aos meus amigos de graduação: Amanda Miranda, João Rosa, Marcos Vinício, Bianca Nichelle e Andreza Santos por batalharem comigo durante esses anos, estudando juntos, ajudando uns aos outros e serem mais que colegas. Vocês são incríveis e levarei a nossa amizade pra vida.

Aos meus primos Mayra Caroline e Marcus Vinícius, fonte de inspiração e esforço para alcançar meus objetivos. Obrigado pela sua amizade, companheirismo e carinho. Vocês me colocam no eixo, seus conselhos sempre me colocam no caminho certo. Obrigado por todos os memes e risadas compartilhadas, que deixam minha rotina mais leve e a vida mais divertida.

Aos meus amigos: Márcia Silva, Sérgio Godoi, Danúbia Gomes, Eryca Mendonça, Hellen Sales, Felipe Valentim, Marcos Henrique, Eduardo Araújo e Valéria Alves, por serem pessoas especiais, verdadeiras e por serem luz. A minha vida não tem cor sem vocês. Obrigado por tudo.

Às minhas queridas Orientadoras Suseli e Jucelia, por terem me acolhido e sido gentis no decorrer de toda a construção deste trabalho. Obrigado por todo o apoio, disponibilidade e paciência com a qual me trataram. Serei sempre grato pela vida de vocês, pela parceria e por todo amor e dedicação por este trabalho, que me inspirou e vai inspirar muitos estudantes.

Que Deus abençoe a todos.

“Tal ciência é para mim maravilhosíssima; tão alta que  
não a posso atingir.”  
SALMOS 139:6

## **RESUMO**

A Lei 10.639/03 veio com o intuito de garantir a educação étnico-racial dentro dos estabelecimentos de ensino. Pensando sobre o processo de implementação da Lei, construímos nossa problemática em torno do trabalho da Equipe Multidisciplinar do Colégio Estadual Professor Paulo Freire no ano de 2017, visando o enfrentamento do racismo. A metodologia foi baseada na análise dos registros produzidos pela Equipe Multidisciplinar, a partir da bibliografia relacionada com a construção do racismo no Brasil e a bibliografia relacionada com a história da educação dos negros no Brasil. Portanto, o trabalho da Equipe Multidisciplinar é contínuo, desenvolvido no dia-a-dia. É na escola que o estudante vai ter acesso à conhecimentos que vão rompendo gradativamente suas concepções, a partir de suas reflexões individuais. É importante que a formação continuada de professores seja realizada, para que consigam enxergar em suas disciplinas conteúdos que abordem esta temática.

Palavras-chave: Lei 10.639/03; Equipe Multidisciplinar; racismo.

## **ABSTRACT**

The Law 10.639/03 is intended to provide ethno-racial education in schools. Considering the process of implementing the Law, we built our issue around the work of the Multidisciplinary Team from Professor Paulo Freire State School in 2017, aiming to confront racism. The methodology was based on the analysis of the registers produced by the Multidisciplinary Team, from the bibliography related to the construct of racism in Brazil and the bibliography related to the history of the education of black people in Brazil. Therefore, the work of the Multidisciplinary Team is continuous, developed on a daily basis. It is at school that the students will have access to knowledge that will gradually disrupt their conceptions, based on their individual reflections. It is important that the continuing training for teachers is performed, in order for them to be able to see in their subjects contents that address this issue.

Keywords: Law 10.639/03; Multidisciplinary Team; racism.



## SUMÁRIO

1.	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
2.	<b>OBJETIVO.....</b>	<b>16</b>
3.	<b>JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>16</b>
4.	<b>A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES E DAS EQUIPES MULTIDISCIPLINARES NO PROCESSO DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO PARANÁ ...</b>	<b>17</b>
4.1 –	<b>Lei 10.639/03 .....</b>	<b>18</b>
4.2 –	<b>A implementação das Equipes Multidisciplinares.....</b>	<b>20</b>
4.3 –	<b>A SEED na formação continuada de docentes.....</b>	<b>22</b>
4.4 –	<b>O Ensino da Química e a formação de professores .....</b>	<b>24</b>
5.	<b>REFLEXÕES SOBRE A AUTODECLARAÇÃO COMO FORMA DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO NA ESCOLA PÚBLICA .....</b>	<b>27</b>
5.1 –	<b>O Racismo Estrutural .....</b>	<b>27</b>
5.2 –	<b>Eugenia e seus impactos no processo da história da educação dos negros no Brasil 28</b>	
5.3 –	<b>O processo de autodeclaração .....</b>	<b>30</b>
6.	<b>REFLEXÕES SOBRE A RESISTÊNCIA À ESCRAVIDÃO E A VALORIZAÇÃO DA CULTURA NEGRA: ELEMENTOS FUNDAMENTAIS NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO.....</b>	<b>40</b>
6.1 –	<b>A Resistência Negra trabalhada na escola .....</b>	<b>40</b>
6.2 –	<b>A Cultura Africana abordada na escola.....</b>	<b>46</b>
7.	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>53</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>55</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Em 2016, concluí o ensino médio e ingressei na universidade pública com o objetivo de continuar a estudar e descobrir meu caminho dentro da Licenciatura em Química. Aluno negro vindo do ensino básico público, me deparei com várias disciplinas de Cálculo e Química. Por ser um acadêmico trabalhador, enfrentei muitas dificuldades nos primeiros semestres da graduação. Contudo, no segundo semestre, realizei uma disciplina chamada de Políticas Educacionais, onde pude conhecer e me apaixonar pela temática da Educação das Relações Étnico-Raciais.

Diante das reflexões sobre minha trajetória no ensino público e minha formação profissional docente na Licenciatura em Química, trago a Educação das Relações Étnico-Raciais para compreender neste Trabalho de Conclusão de Curso, trazendo uma reflexão para a educação das relações étnico-raciais no contexto da escola pública no Paraná, a fim de me formar um docente mais ético, humano e comprometido com o desenvolvimento da Cultura Afro-Brasileira e Africana na disciplina de Química dentro do ensino público.

No decorrer da construção deste trabalho, estudei sobre a obrigatoriedade das escolas públicas e privadas, trabalharem sobre as relações raciais durante o ano letivo, cumprindo a Lei 10.639/03. Isso me levou a pensar que as disciplinas na área de conhecimento das Ciências Humanas teriam mais facilidade para cumprir a Lei e trabalhar tais conceitos em suas aulas na escola. E o professor de Química, qual seria o seu papel no enfrentamento ao racismo?

A Lei 10.639/03 veio com o intuito de garantir a educação étnico-racial dentro dos estabelecimentos de ensino. O estado do Paraná começou a se mobilizar no ano de 2007, ano marco, mas foi em 2010 que todas os estabelecimentos de ensino passaram a ter Equipes Multidisciplinares para tratar da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena.

Com base na reflexão sobre a importância da formação inicial e continuada dos professores no contexto de enfrentamento ao racismo nas escolas, optamos por analisar o trabalho desenvolvido pela Equipe Multidisciplinar do Colégio Estadual Professor Paulo Freire no ano de 2017, coordenada pela professora Maria Lindinalva Cunha e Silva, devido a licença da coordenadora Jucélia Celeste Ponce. O Colégio foi apontado pelo Núcleo Regional de Educação, representado pela Professora Márcia Cacilda Ribeiro, como um Colégio que estava nesse ano implementando um Projeto de Intervenção Pedagógica voltado para o combate ao racismo através do PDE da Professora Jucélia Celeste Ponce. No PDE, o professor volta aos

bancos escolares, estuda, participa de discussões teórico-metodológicas, sob a supervisão de um professor orientador da IES (UEL) e faz um projeto de Intervenção na Escola na escola de lotação. A professora escolheu a Linha de Pesquisa: Diálogos Curriculares com a Diversidade. A Equipe Multidisciplinar do colégio também se destacou por solicitar aos professores, desde 2013, para que colocassem em seus planos de trabalho docente conteúdos que contemplassem questões étnico-raciais, repassando ao coordenador seus objetivos, metodologia, bem como recursos necessários, construindo já no início do ano o plano de ação. Este movimento fez com o professor refletisse sobre sua disciplina e como abordar a temática, criando uma cultura na escola da grande maioria dos professores se envolverem nos trabalhos da Equipe Multidisciplinar, sendo possível verificar diversos trabalhos realizados no ano de 2017 somados ao PDE da Professora Júcélia Celeste Ponce.

Pensando sobre o processo de implementação da Lei 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, construímos nossa problemática de pesquisa a partir da seguinte pergunta: o trabalho organizado pela Equipe Multidisciplinar do Colégio Estadual Professor Paulo Freire para o ano de 2017 contribuiu para o enfrentamento do racismo no contexto da escola pública na cidade de Londrina/PR?

O objetivo do trabalho de pesquisa foi analisar o trabalho desenvolvido pela Equipe Multidisciplinar do Colégio Estadual Professor Paulo Freire para o ano de 2017 com o objetivo de verificar como os elementos trazidos para reflexão de professores e estudantes foram capazes de desconstruir elementos do racismo no contexto da sociedade brasileira.

O recorte temporal para o ano de 2017 justifica-se pela implementação do PDE da professora Júcélia Celeste Ponce no contexto da escola pública, tendo em vista a importância da formação continuada dos professores na direção de reflexões que contribuem para a educação das relações étnico-raciais.

Os materiais analisados no trabalho de pesquisa foram: Plano de Ação da Equipe Multidisciplinar para o ano de 2017; o Memorial Descritivo com os resultados das ações realizadas no ano de 2017; o Projeto de Intervenção Pedagógica da Professora PDE Júcélia Celeste Ponce; e uma amostra dos trabalhos realizados pelos estudantes que foi coletada pela Equipe Multidisciplinar como documentação comprobatória das ações realizadas.

A metodologia foi baseada na análise dos registros produzidos pela Equipe Multidisciplinar a partir da bibliografia relacionada com a construção do racismo no Brasil

(ALMEIRA, 2019; COQUEIRO, 2013; DIWAN, 2015; GOMES, 2008; PONCE, 2016; SILVA, 2022) e a bibliografia relacionada com a história da educação dos negros no Brasil (ARANTES, 2016; BARROS, 2016; CRESSONI, 2016; CRUZ, 2016; FONSECA, 2016; LUZ, 2016; MORAIS, 2016; SCHUELER, 2016; SILVA, 2016), buscando compreender como as ações desenvolvidas por professores e estudantes no ano de 2017 no Colégio Estadual Professor Paulo Freire foram capazes de desconstruir elementos que reproduzem o racismo no contexto da sociedade brasileira.

No capítulo 1, intitulado: “A importância da formação continuada dos professores e das Equipes Multidisciplinares no processo de enfrentamento ao racismo nas escolas públicas do Paraná”, traz algumas reflexões a implementação da Lei 10.639/03 e seus impactos na formação docente.

No capítulo 2, intitulado: “Reflexões sobre a Autodeclaração como forma de enfrentamento ao racismo na escola pública” traz os efeitos da intervenção pedagógica do PDE da professora Jucelia Celeste Ponce, mostrando todos os conteúdos desenvolvidos pelos professores e os resultados através dos trabalhos produzidos pelos estudantes, como forma de enfrentamento ao racismo pela Autodeclaração.

No capítulo 3, intitulado: “Reflexões sobre a Resistência à Escravidão e a Valorização da Cultura Negra: Elementos fundamentais no enfrentamento ao racismo” traz os trabalhos desenvolvidos na escola pela Equipe Multidisciplinar, tendo em vista o enfrentamento do racismo a partir dos conhecimentos da cultura negra e da importância da leitura e da escrita para o negro na escravidão, como forma de resistência à sociedade da época.

## **2. OBJETIVO**

Analisar o trabalho desenvolvido pela Equipe Multidisciplinar do Colégio Estadual Professor Paulo Freire para o ano de 2017, com o objetivo de verificar os elementos trazidos para reflexão de professores e estudantes que foram capazes de desconstruir elementos do racismo no contexto da sociedade brasileira.

## **3. JUSTIFICATIVA**

A Cultura Afro-Brasileira está presente na minha vida desde pequeno, ouvindo dentro de casa histórias infantis de personagens negros. Já graduando na universidade, minha tia Almerita, professora da educação infantil e pedagoga, sempre me instigou a escrever algum trabalho sobre a temática no decorrer da minha graduação. Pois, na vivência diária dentro da escola, ela já percebia a necessidade de a comunidade escolar refletir e entender sobre a importância da educação das relações étnico-raciais. Educação que coloca aprendizagens entre brancos e negros, troca de conhecimentos, quebra de desconfianças, para construção de uma sociedade justa e igualitária.

Considerando a minha formação docente de Química, a escolha deste tema está fundamentado na compreensão da necessidade do docente entender as relações étnico-raciais, tendo em vista seu compromisso com a Lei 10.639/03, de forma que possa contribuir em sua disciplina no processo de enfrentamento ao racismo dentro das escolas.

Portanto, trago a educação das relações étnico-raciais para compreender neste trabalho, trago algumas reflexões das relações étnico-raciais no contexto da escola pública no Paraná, afim de me formar um docente mais ético, humano e comprometido com o desenvolvimento da Cultura Afro-Brasileira e Africana na disciplina de Química dentro do ensino público.

#### **4. A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES E DAS EQUIPES MULTIDISCIPLINARES NO PROCESSO DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO PARANÁ**

Aluno negro de escola pública, entrei na universidade com muito esforço e estudo. Já no primeiro semestre, foi possível compreender as dificuldades que seriam enfrentadas para a conclusão de um Curso de Ensino Superior como estudante trabalhador. No meu caminho na educação básica do Paraná, a História e Cultura Afro-Brasileira foi abordada de forma bem específica dentro da escola. No ensino fundamental, me recordo da temática ser trabalhada somente na semana do dia 20 de novembro, em que é comemorado o Dia da Consciência Negra. A escola colocava a Cultura Africana como tema principal das Semanas Culturais, onde cartazes eram feitos, comidas e danças típicas apresentadas pelas turmas, mas, era perceptível que as ações estavam sendo realizadas somente para cumprir as exigências da legislação educacional.

Logo no 2º semestre de graduação, na disciplina de Políticas Educacionais, tive contato com a LDB e as diretrizes relacionadas à Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), em que pude conhecer a Lei 10.639/03 que tornou obrigatória a inclusão do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos da educação básica. Neste momento, refleti sobre os possíveis encaminhamentos que um docente pode ter para cumprir a Lei 10.639/03 em suas aulas.

No 3º semestre, na disciplina de Metodologia da Pesquisa em Educação, em meu projeto de pesquisa decidi buscar mais informações e me aprofundar neste assunto. Escrevi um trabalho inicial sobre Conteúdos Relativos à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no Ensino de Química, com o intuito de analisar os conteúdos que o professor de Química poderia abordar na disciplina para cumprir a Lei 10.639/03 e das as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, já em mente a possibilidade de pesquisar sobre o assunto no Trabalho de Conclusão de Curso.

A Cultura Afro-Brasileira está presente na minha vida desde pequeno, ouvindo dentro de casa histórias infantis de personagens negros. Já graduando na universidade, minha tia Almerita, professora da educação infantil e pedagoga, sempre me instigou a escrever algum trabalho sobre a temática no decorrer da minha graduação. Pois, na vivência diária dentro da

escola, ela já percebia a necessidade de a comunidade escolar refletir e entender sobre a importância da educação das relações étnico-raciais. Educação que coloca aprendizagens entre brancos e negros, troca de conhecimentos, quebra de desconfianças, para construção de uma sociedade justa e igualitária (Brasil, 2004, p. 14).

A Lei 10.639/03 é implementada com o intuito de estabelecer uma educação das relações étnico-raciais dentro das escolas públicas. É importante que este processo de educação seja realizado com os alunos, de forma que toda a comunidade escolar esteja preparada para efetivá-las. Portanto, a escolha deste tema está fundamentado na compreensão da necessidade do docente de Química entender estas relações, tendo em vista seu compromisso com a Lei 10.639/03, de forma que possa contribuir em sua disciplina no processo de educação das relações étnico-raciais.

Diante das reflexões sobre minha trajetória no ensino público e minha formação profissional docente na Licenciatura em Química, é percorrido sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais para compreender neste Trabalho de Conclusão de Curso, trazendo uma reflexão no contexto da escola pública no Paraná, com o intuito de formar docentes da área de Química mais éticos, humanos e comprometidos com o desenvolvimento da Cultura Afro-Brasileira e Africana na disciplina dentro do ensino público.

#### **4.1 – Lei 10.639/03**

O Governo Federal, após a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, passou a redefinir o papel do Estado como estimulador das transformações sociais, reconhecendo as diferenças entre brancos e negros na sociedade e a necessidade de intervir positivamente no combate às desigualdades raciais, vislumbrando avanços rumo à afirmação dos direitos humanos básicos e fundamentais da população negra brasileira (BRASIL, 2004, p. 8).

De acordo com Gomes (2013, p. 67), em 9 de janeiro de 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 10.639, uma medida de ação afirmativa que torna obrigatória a inclusão do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos dos estabelecimentos de ensino públicos e particulares da educação básica. Trata-se de uma alteração da Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Mais do que uma iniciativa do Estado, essa lei deve ser compreendida como uma vitória das lutas históricas empreendidas pelo Movimento Negro brasileiro em prol da educação. Portanto, a partir de 2003, a Lei 9.394/96 passa a vigorar acrescida dos seguintes arts: 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira (Incluído pela Lei 10.639, de 09/01/2003).

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional resgatando a contribuição do povo negro nas áreas sociais, econômica e política pertinentes à História do Brasil (Incluído pela Lei 10.639, de 09/01/2003).

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (Incluído pela Lei 10.639, de 09/01/2003).

Art. 79-A. (VETADO) (Incluído pela Lei 10.639, de 09/01/2003).

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. (Incluído pela Lei 10.639, de 09/01/2003).

A política de reparação visa que o Estado e a sociedade propõem ações para compensar os descendentes de africanos negros, dos danos psicológicos, sociais, políticos e educacionais sofridos desde o período escravocrata. De acordo com Brasil (2004, p. 11), é função do Estado promover e incentivar políticas de reparações, garantindo indistintamente, por meio da educação, direitos igualitários para o desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional. Ainda discorre que:

[...] sem a intervenção do Estado, os postos à margem, entre eles os afro-brasileiros, dificilmente, e as estatísticas o mostram sem deixar dúvidas, romperão o sistema meritocrático que agrava desigualdades e gera injustiça, ao reger-se por critérios de exclusão, fundados em preconceitos e manutenção de privilégios para os sempre privilegiados (BRASIL, 2004, p. 11).

Estas políticas de reparação são formadas a partir de programas de ações afirmativas, que são ações políticas voltadas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de tratamento diferenciado com objetivo de reprimir as práticas excludentes e discriminatórias mantidas pela estrutura social, desvantagens e marginalização (BRASIL, 2004, p. 12).

A intervenção no espaço público pensada pela Lei 10.639/03, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, define que “sistemas de ensino e estabelecimentos de diferentes níveis converterão as demandas dos afro-brasileiros em políticas públicas de Estado ou institucionais, ao tomarem decisões e iniciativas com vistas a reparação, reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros.” (BRASIL, 2004, p.13).



A criação dessa lei vem de encontro com as reivindicações do movimento negro e de vários movimentos sociais, que lutam contra o racismo na sociedade, e mais especificamente, dentro do âmbito escolar. Estes grupos sociais discorrem sobre a importância da escola como uma das instituições sociais responsáveis pela estruturação da representatividade afro-brasileira, com o intuito de formar um cidadão com respeito à diversidade social, étnica e cultural (GOMES, 2008).

A Lei 10.639/03 instituída trouxe um clima de insegurança para a comunidade escolar, pois os profissionais educacionais não estavam preparados para abordar a temática em suas disciplinas, tanto pela formação acadêmica que não teve um estudo aprofundado da temática, como pela falta de material didático para desenvolver a temática com os alunos. A História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é trabalhada nas áreas de História, Língua Portuguesa e Arte, mas já se entendeu que a temática não deve estar presente somente nessas disciplinas, mas em todo o processo educacional (COQUEIRO; SILVA; LOPES; SANTOS; ROCHA FILHO, 2013).

#### **4.2 – A implementação das Equipes Multidisciplinares**

No ano de 2007, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED, instituiu a Coordenação de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana para discutir a implementação da Lei. Em 2009, a SEED começou guiar a inserção da temática nos processos educacionais, ações contra às práticas discriminatórias étnico-racial dentro da escola, bem como a pesquisa de materiais pedagógicos sobre o assunto. A partir dessas demandas, em 2010, foram realizadas reuniões com os Núcleos Regionais da Educação e representantes do Fórum Permanente de Educação das Relações da Diversidade Étnico-Racial, a fim de discutir os encaminhamentos para a regulamentação das equipes multidisciplinares (COQUEIRO; SILVA; LOPES; SANTOS; ROCHA FILHO, 2013).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e por meio da articulação das disciplinas da base nacional comum, as equipes multidisciplinares são constituídas como instâncias de organização do trabalho escolar, com o objetivo de:

[...]desenvolver ações que positivem a presença de alunos e alunas negros, indígenas, quilombolas, bem como, sua história, sua cultura e sua religiosidade. Nesse sentido, compreende-se que a abordagem adotada pelas equipes multidisciplinares, deve refletir sobre os processos de exclusão, racismo e preconceito vivenciados por negras/os, indígenas, quilombolas. Mais que isso, as ações pedagógicas propostas no plano de ação das equipes, devem buscar possíveis soluções para dinâmicas e conflitos

relacionais, que permeiam o cotidiano da escola e que visem uma educação efetivamente democrática (COQUEIRO; SILVA; LOPES; SANTOS; ROCHA FILHO, 2013, p. 17891).

Conforme Ponce (2016), o trabalho realizado pelas Equipes Multidisciplinares nas Escolas do Paraná, há como referência um Plano de Ação específico, redigido pelos membros da equipe multidisciplinar da escola no início do ano, devendo conter o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, africana e Indígena, bem como previsão de parâmetros de Ação Mobilizadora de Reconhecimento e Valorização Étnico-Racial e de Promoção da Igualdade Étnico-Racial.

Sobre os trabalhos da equipe multidisciplinar, Ponce (2016) coloca que:

[...] são planejados e inseridos no Plano de Trabalho Docente e desenvolvidos ao longo do ano letivo, devendo ser guardados para posterior utilização no Seminário na Semana da Consciência Negra. Ao final do ano é elaborado um Memorial Descritivo com relato das práticas pedagógicas, bem como avaliação de todas as ações. A partir da avaliação propõe-se ações e novas metas para o ano seguinte (PONCE, 2016, p. 03).

De acordo com Coqueiro, Silva, Lopes, Santos e Rocha Filho (2013), sensibilizar o coletivo é o primeiro passo das equipes multidisciplinares. A partir daí, segue a construção do plano de ação, constituído por projetos ligados à realidade da escola e NRE, conforme os itens: identificação do estabelecimento e integrantes da equipe multidisciplinar; objetivos a serem alcançados; justificativa das ações a serem realizadas; cronograma; avaliações das ações e referências.

De acordo com Coqueiro, Silva, Lopes, Santos e Rocha Filho (2013, p. 17893):

“[...] as/os coordenadores/as das equipes multidisciplinares são as/os responsáveis pelo registro da memória das atividades desenvolvidas em cada encontro, bem como pelo registro do nome das/os presentes de cada encontro, no portal da CELEPAR– Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná. Tais informações são importantes, tanto para comprovações necessárias como controle de frequência das/os participantes para que possam ser certificadas/os. Além disso, serão importantes para elaboração do memorial descritivo, que se propõe como um relato dos possíveis caminhos ou descaminhos percorridos no desenvolvimento do plano de ação, apresentando diagnóstico sobre características do contexto histórico, geográfico e socioeconômico da comunidade escolar, no qual a equipe multidisciplinar está inserida. Esse diagnóstico fornece dados para uma efetiva avaliação das possíveis mudanças de hábitos, conceitos, visões de mundo, etc [...]” (COQUEIRO; SILVA; LOPES; SANTOS; ROCHA FILHO, 2013).

### **4.3 – A SEED na formação continuada de docentes**

Segundo Marinho (2010), a valorização da diversidade brasileira ao reconhecer a participação efetiva de africanos e afrodescendentes na construção da cultura brasileira, a Lei 10.639/03 gera um objetivo específico: formar professores para aplicar determinados conteúdos, até então apagados dos currículos escolares e da formação acadêmica dos docentes.

De acordo com a SEED, para desenvolver os trabalhos das equipes multidisciplinares, propõem-se uma dinâmica de encontros e seminários. Estas atividades são entendidas como formação continuada em educação das relações da diversidade étnico-racial. Todos os participantes são considerados concluintes desta formação continuada, desde que participem e tenham frequência de 100 % nos eventos com a carga horária completa nas atividades iniciais dos respectivos anos letivos (COQUEIRO; SILVA; LOPES; SANTOS; ROCHA FILHO, 2013).

O Colégio Estadual Professor Paulo Freire, instituição de ensino estudada neste trabalho, é referência na Coordenação de Diversidade do Núcleo Regional de Educação de Londrina, no desenvolvimento da equipe multidisciplinar. Todos os anos letivos desde a sua criação em 2010 há a elaboração do plano de ação, com o intuito de analisar situações percebidas no contexto escolar no sentido de dialogar, estudar, debater, refletindo sobre as práticas excludentes que porventura possam ocorrer. Neste plano de ação, consta todas as atividades que serão desenvolvidas durante o ano letivo, de forma que os docentes possam abordar em algum conteúdo o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena em suas respectivas disciplinas.

A importância da formação continuada dos professores no Colégio Estadual Professor Paulo Freire é destacada na justificativa do Plano de Ação do ano de 2017, a qual analisa as ações realizadas no contexto escolar constatando as demandas a serem alcançadas pelos trabalhos iniciais desenvolvidos. Era necessário o embasamento teórico da Equipe Multidisciplinar e dos docentes acerca das relações étnico-raciais e indígenas. Houve um crescimento teórico muito grande da equipe, pois questões relativas à temática eram percebidas de forma velada (Plano de Ação, 2017, p.1).

No ano de 2017, o Colégio Estadual Professor Paulo Freire foi alvo de um estudo realizado pela professora da disciplina de Arte da instituição, Jucelia Celeste Ponce. A qual implementou seu trabalho desenvolvido no PDE cujo título é: “Equipes Multidisciplinares e seu papel nas escolas: Uma experiência baseada em obras de arte”. Segundo Ponce (2016), o trabalho teve como finalidade ajudar no desenvolvimento das atividades das Equipes

Multidisciplinares, tendo em vista a integração envolvendo as quatro áreas do conhecimento na realidade escolar.

O Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, traz uma nova política de formação continuada para os professores da rede pública estadual do ensino do estado do Paraná. Criado em 2003, o PDE vem como parte de uma reestruturação de políticas públicas no estado, tendo como base o aperfeiçoamento da formação de professores do contexto escolar, fortalecendo os laços entre a Educação Básica e o Ensino Superior. (PARANÁ, 2016)

É um programa implantado como uma política educacional de caráter permanente, tendo como meta qualitativa a melhoria do processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas estaduais de Educação Básica. O PDE é uma parceria entre as Secretarias de Estado da Educação – SEED, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, – SETI e Instituições de Ensino Superior – IES, no caso a Universidade Estadual de Londrina. As discussões das produções teórico-metodológicas são apresentadas e discutidas com os professores da Rede Estadual de Ensino, por meio de ambiente virtual interativo em grupos, denominados Grupos de Trabalho em Rede – GTR, orientados pelo professor PDE. (CIVIL, 2010)

O PDE assume os seguintes pressupostos:

- a) reconhecimento dos professores como produtores de conhecimento sobre o processo ensino-aprendizagem;
- b) organização de um programa de formação continuada atento às necessidades de enfrentamento de problemas presentes nas escolas de Educação Básica;
- c) superação do modelo de formação continuada concebido de forma homogênea e descontínua;
- d) organização de um programa de formação continuada integrado com as instituições de ensino superior;
- e) criação de condições, no interior da escola, para o debate e promoção de espaços para a construção coletiva do saber. (PARANÁ, 2016)

Para o desenvolvimento do PDE, o docente pode optar por algumas linhas de pesquisa. Dentre elas, encontra-se: Diálogos Curriculares com a Diversidade. Esta linha foi escolhida pela Professora Jucélia Celeste Ponce, com o tema: Equipes Multidisciplinares e seu papel nas escolas: uma experiência baseada em obras de arte. O trabalho de implementação do PDE teve como objetivo estudos sobre relações étnico-raciais, bem como orientar os professores à alguns encaminhamentos didáticos e metodológicos novos, propiciando uma interdisciplinaridade com a disciplina de arte. O projeto de intervenção destaca-se nos objetivos gerais do Plano de Ação para 2017, enfatizando o desenvolvimento do PDE da Professora Jucélia Celeste Ponce no espaço escolar.

Segundo Ponce (2016), os trabalhos propostos foram baseados no questionário socioeconômico realizado em 2015 com os alunos, com o objetivo de definir um perfil de aluno

do Colégio Estadual Professor Paulo Freire. Com isso, verificou-se a necessidade de trabalhar a reafirmação e valorização das características vindas da multiculturalidade do brasileiro, uma vez que, uma parte considerável dos alunos apontou a etnia de seus antepassados como um segmento a ser estudado.

Em 2017, os trabalhos foram iniciados com um grupo de estudos, conduzido pela professora Jucélia Celeste Ponce, em que foi proposto um diálogo curricular com os docentes da escola e a equipe multidisciplinar, a respeito da diversidade e seus desdobramentos a respeito de raça-etnia, preconceito, racismo e discriminação. Foi uma ação interdisciplinar que abrangeu todas as áreas de conhecimento do currículo escolar, focando na legislação que orienta as ações das equipes e das relações étnico-raciais.

Ressalto a importante interpretação do cenário educacional que a SEED observou nas escolas do Paraná, identificando a importância do docente estar preparado para lidar com as demandas da escola e do trabalho pedagógico desenvolvido pelas Equipes Multidisciplinares. Portanto, no ano de 2017, a SEED realizou 4 (quatro) encontros de formação continuada para os docentes e membros das equipes do Paraná, com o objetivo de fundamentar teoricamente para os debates presenciais ocorridos no ano e para as práticas pedagógicas que o trabalho da equipe demanda.

O tema principal trabalhado nos encontros foi: “A beleza, a riqueza e a resistência dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas”, subdivididos em sub-temas: Povos Africanos, Afro-brasileiros e Indígenas: direitos e conquista na educação; Povos Africanos, Afro-brasileiros e Indígenas: direitos e conquista na educação; Diversidade Cultural e Organização Social e Movimentos de Resistência.

#### **4.4 – O Ensino da Química e a formação de professores**

Para o enfrentamento do racismo dentro da escola pública, Fonseca (2016, p.48) destaca a importância de registros educacionais mais detalhados a consistência dos materiais de divulgação dos documentos do curso de formação de professores, com o intuito de revelar o protagonista negro, frente ao. O autor ainda discorre:

“É nos espaços de formação de educadores que essas informações precisam circular, pois é, em parte, através do entendimento da complexa relação entre os negros e a educação ao longo da história que os professores poderão atingir uma compreensão efetiva do alcance das diretrizes legais que, atualmente, celebram a valorização da diversidade na educação brasileira.” (FONSECA, 2016, p.48)

Os manuais reeditados que são utilizados em cursos de magistério, Pedagogia e outras Licenciaturas, formando várias gerações de pesquisadores e de educadores, pouco tocam na questão da educação da população negra. Mesmo quando reconhece a existência negra, o que é raro nessa produção, a tendência foi de não observar a presença negra na escola. (BARROS, 2016, p.54)

Em oposição ao racismo, a Lei 10.639/03 traz o ensino da cultura africana e afro-brasileira para as escolas. Segundo Camargo e Benite (2019), a referida lei tem passado por dificuldades para sua implementação, considerando uma visão eurocêntrica de formação da sociedade. Poucas são as iniciativas tomadas pelas escolas brasileiras para o cumprimento da lei. Portanto, se faz necessário:

“atuar na formação de docentes que de fato sejam capacitados para implementarem a lei e levantarem debates que abordem a diversidade de conhecimentos que esculpiram a nação brasileira, contemplando, dessa forma, a diversidade étnico-racial das escolas brasileiras.” (CAMARGO; BENITE, 2019)

O Ensino da Química e de outras ciências é essencial para formação do cidadão, porque permite que o cidadão exponha seu pensamento crítico no meio social, valendo-se dos conhecimentos adquiridos ao longo de sua vida. Desse modo, a abordagem das histórias e culturas afro-brasileira e africana, na disciplina de Química, é essencial para se pensar na composição de uma sociedade multicultural, na qual estamos inegavelmente inseridos.

Ao refletir na área de ensino da Química em uma perspectiva de Direitos Humanos, dúvidas relacionadas são geradas ao pensar na melhor maneira de se pôr em prática. De acordo com Dionysio, Amorim e Oliveira (2015), o professor de Química precisa buscar uma consciência cidadã de pensamento e capacidade. A partir dessa concepção, evidencia que o docente de Química deve ter consciência que sua prática educacional deva possibilitar a formação de um estudante cidadão, que respeite e valorize a diversidade humana.

De acordo com Camargo e Benite (2019), os estudos sobre o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no ensino superior ainda estão no início, aparecendo somente em projetos pedagógicos dos cursos e não nos currículos. Poucos são os esforços para conduzir discussões sobre a temática na formação inicial e continuada de professores da área de Química. Contudo, há muitas possibilidades para ampliar o foco curricular na área da Química, como por exemplo, superar a ideia de que a contribuição africana para a construção da cultura brasileira se deu apenas no folclore, culinária e samba. Os autores ressaltam:

“Resgatar a produção de saberes técnicos e tecnológicos de matriz africana e da diáspora em Química é combater a insipiência sobre as origens da vida material e

deter a desvalorização da herança cultural africana e afrodescendente tão determinante para a formação da nossa sociedade.” (CAMARGO; BENITE, 2019)

Portanto, é imprescindível que, num processo formativo docente, os professores de todas as áreas de conhecimento sejam preparados para a implementação da Lei 10.639/03. Não somente para seguir a lei, mas para contribuir na luta contra o racismo dentro das escolas públicas. O curso de Licenciatura em Química faz parte da área de conhecimento da Ciência da Natureza. Com isso, pode-se pensar em conteúdos que o professor de Química pode abordar na disciplina para cumprir a Lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

## **5. REFLEXÕES SOBRE A AUTODECLARAÇÃO COMO FORMA DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO NA ESCOLA PÚBLICA**

### **5.1 – O Racismo Estrutural**

O significado do termo “raça” sempre esteve ligado ao ato de classificar, primeiro surgiu entre plantas e animais, depois nós, seres humanos. Contudo, segundo Almeida (2018), raça não é um termo fixo. Seu sentido está ligado a contextos históricos, havendo sempre conflito, contingência, poder e decisão, de tal forma que se trata de um conceito relacional e histórico. A história da raça é a história da constituição política, econômica e social dos povos contemporâneos.

Os conceitos de racismo, preconceito e discriminação estão interligados à raça, com algumas diferenças entre eles. De acordo com Almeida (2018, p. 25):

[...] o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2018, p. 25).

Sobre o preconceito racial, Almeida (2018, p.25) ainda discorre:

[...] é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. Considerar negros violentos e inconfiáveis, judeus avarentos ou orientais “naturalmente” preparados para as ciências exatas são exemplos de preconceito (ALMEIDA, 2018, p. 25).

Almeida (2018) coloca que a discriminação racial é a atribuição de tratamento diferenciado a integrantes de grupos racialmente identificados, tendo o poder como requisito fundamental. O autor divide a discriminação racial em duas categorias:

[...] A discriminação direta é o repúdio ostensivo a indivíduos ou grupos, motivado pela condição racial, exemplo do que ocorre em países que proíbem a entrada de negros, judeus, muçulmanos, pessoas de origem árabe ou persa, ou ainda em lojas que se recusam a atender clientes de determinada raça (ALMEIDA, 2018, p. 25).

[...] a discriminação indireta é um processo em que a situação específica de grupos minoritários é ignorada – discriminação de fato -, ou sobre a qual são impostas regras de “neutralidade racial” sem que se leve em conta a existência de diferenças sociais significativas [...] (ALMEIDA, 2018, p. 26).

De acordo com Brasil (2004, p. 07), historicamente, os momentos políticos do Brasil – Colônia, Império e República – em aspectos legais, se manteve firme diante da discriminação



e do racismo que a população negra vivia. O decreto de nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que:

[...] nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. O Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares (BRASIL, 2004, p. 07).

De acordo com Souza (2019), após a abolição da escravatura no Brasil no final do século XIX, não houve propostas ou projetos para a inclusão dos negros recém-libertos, e nem foram reconhecidos enquanto cidadãos na sociedade. Não houve acesso aos serviços básicos de saúde, emprego – sendo substituídos por imigrantes europeus – e ensino básico de educação, dando início ao racismo no Brasil por um processo de marginalização e inferiorização dos negros.

O conceito de democracia racial surgiu na crença que estávamos num país em que as relações sociais eram democráticas, e que não havia discriminação racial, porque, num país onde a sua maioria era preta/parda, os negros não sofriam discriminação. Sendo assim, estudos relacionados a raça ou projetos para reorganizar as estruturas sociais não eram discutidos, tentando apagar o fato de que a sociedade era baseada na hierarquização de raças, sendo a raça negra inferiorizada. Portanto, a população acreditava na teoria de que o país era livre do racismo (SOUZA, 2019).

O racismo é definido pelo seu caráter sistêmico. Portanto, não é apenas um ou vários atos discriminatórios, mas de um processo de privilégios que se distribuem entre os grupos raciais sendo reproduzidos na política, economia e nas relações públicas. O racismo pode levar à segregação racial em bairros, escolas, hospitais e locais públicos, em que há a divisão espacial exclusiva para integrantes de determinados grupos raciais, como por exemplo o Apartheid Sul-africano (ALMEIDA, 2018).

## **5.2 – Eugenia e seus impactos no processo da história da educação dos negros no Brasil**

No final do século XIX, após a abolição da escravatura, se consolidavam os ideais eugenistas na Inglaterra, com expansão forte nos Estados Unidos e na Alemanha. Baseando-se nos padrões de superioridade, natureza, higiene e sociedade da Antiguidade – Grécia Antiga e os hebreus – e os estudos de seleção natural do matemático britânico Francis Galton, a eugenia vem com o princípio de evoluir a raça humana, de forma que somente os melhores indivíduos considerados geneticamente bons poderiam se reproduzir. Com isso, práticas excludentes e

discriminatórias eram fortemente difundidas na sociedade, em que os indivíduos considerados “indesejáveis” – indivíduos de etnias distintas, viciados, doentes, indivíduos socioeconomicamente fragilizados – não poderiam se reproduzir, para que a evolução genética do homem não fosse piorada (DIWAN, 2015, p. 21).

De acordo com Diwan (2015, p. 124), o médico e farmacêutico Renato Kehl foi considerado um dos principais representantes da eugenia. Sendo responsável pela disseminação das teorias eugenistas no Brasil, Renato foi um dos intelectuais que contribuíram para o pensamento brasileiro conservador no início do século XX. Em vista as relações étnico-raciais, Renato Kehl sempre foi contra à miscigenação, criticando a política de imigração asiática e negra no Brasil, “ressaltando a importância de que fossem feitos incentivos às imigrações de grupos de países de raça nórdica, não aceitando imigrações vindas de países asiáticos” (DIWAN, 2015, p. 132).

De acordo com Silva (2013, p. 23), é apresentado que:

“[...] no início do século XX, quando as fazendas estavam repletas de imigrantes pobres europeus que vieram ao Brasil para trabalhar nas lavouras de café. Naquele contexto, os negros não tinham lugar na nova sociedade que pretendia progredir e acompanhar o movimento internacional de desenvolvimento capitalista. O negro era considerado pelos políticos, engenheiros e médicos um verdadeiro problema social. A preocupação da elite brasileira era eliminar o negro do cenário nacional” (SILVA, 2013, p. 23).

Com esta ideologia generalista, a elite intelectual e médica, procurou explicar biologicamente o atraso evolutivo no qual a nação brasileira se encontrava. Nessa circunstância foi apontada como solução para mudar aquele cenário a “harmonização de um tipo nacional”. Para isso era necessário e fundamental o “branqueamento” da sociedade brasileira. (ARANTES, 2016, p. 391)

Dentre as raças que compunham a população que vivia no Brasil, a “raça negra”, de acordo com Raimundo, Nina Rodrigues (1982, p. 7) era considerada inferior e “por maiores que tenham sido os seus serviços a nossa civilização [...] há de constituir sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo”. Ainda nos dias atuais, a raça negra ainda é vista como inferior, apesar de combatida por Gilberto Freyre em seu livro *Casa grande & senzala* desde a primeira versão em 1933. Freyre critica as teorias raciais e aponta novos encaminhamentos para a pesquisa sobre a história dos africanos que foram trazidos como escravos para a América (MORAIS, 2016, p. 95-96).

É difícil elencar os inúmeros estereótipos que identificam, no Brasil, os indivíduos fenotipicamente considerados negros ou afrodescendentes. As várias formas de discriminação,

fundamentam-se na assertividade e na repetitividade de falas e julgamentos que dão liberdade para dizer o que o “outro” é (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 15-21). (SILVA, 2016, 141)

Ocorreu uma naturalização da prática de escravizar os negros, o que foi fundamentado por um conjunto de explicações científicas e religiosas de cunho ideológico que se respaldaram em argumentos comparativos entre as sociedades africanas e europeias, e cujo critério de superioridade esteve, o tempo todo, atribuído aos brancos, em detrimento dos negros. A naturalização da escravidão dos negros, construída a partir da visão dos europeus, se baseou na crença de que aqueles possuíam maus costumes, aparência feia e ausência de alma e que, portanto, seriam seres destituídos de humanidade (COSTA SILVA, 2002, p. 857- 858). (CRUZ, 2016, p.163)

Segundo Schueler (2016, p. 211), os estudos no campo educacional mostraram um encobrimento de alunos e professores negros nos registros escolares e nas fontes oficiais. Percebeu-se então, a força das teorias raciais e da ideologia do “branqueamento”, bem como práticas de racismo, que teriam sido responsáveis pelo afastamento das populações negras das principais instituições de ensino regular. Assim, a autora compreende que:

“[...] reconstruir historicamente experiências, debates e ações de intelectuais e professores negros, é enfrentar o silêncio sobre as lutas da população negra por educação, no processo de abolição e pós-abolição no Brasil.” (SCHUELER, 2016, p. 211).

### **5.3 – O processo de autodeclaração**

De acordo com Ponce (2016), o trabalho de autodeclaração tem sido desenvolvido nas escolas desde 2010, mas ainda não há muito o que ser feito no que se refere ao combate de atitudes racistas, preconceituosas e discriminatórias. As ações desenvolvidas pelas Equipes Multidisciplinares têm contribuído para que os estudantes se autodeclarem, com uma maior naturalidade, sem vergonha de seu pertencimento étnico-racial.

Um dos trabalhos iniciais da Equipe Multidisciplinar e da implementação do PDE da Professora Jucélia Celeste Ponce, foi sobre o Projeto Humanae. Fotografando retratos de pessoas de várias raças diferentes, o projeto é assinado pela artista plástica brasileira Angélica Dass, que une a fotografia, bom humor e tons de pele comparados com a escala Pantone. A marca, conhecida mundialmente como expert em cores, costuma ser responsável por ditar tendências na moda e no mundo do design.



Fonte: Escala Pantone. Arquivo Equipe Multidisciplinar 2017.

O objetivo do projeto é desmistificar a ideia de que temos raças definidas, como muitas pessoas pensam. Ao olhar para esse mosaico, fica bem claro que as fronteiras entre as supostas diferenças de cor são praticamente impossíveis de serem demarcadas. A fotógrafa documentou todos os tons de pele humana do planeta, com a intenção de provocar o diálogo sobre a identidade étnica. Este trabalho permitiu dialogar sobre a questão da autodeclaração com os alunos. De certa forma, os alunos “abstraem” o seu tom de pele, vendo que a artista o codifica por números e consequentemente os tons de pele.

Segundo Ponce (2016), este trabalho gerou uma discussão entre os alunos sobre os tons de pele humana das pessoas fotografadas, de forma que trouxe uma reflexão sobre:

“[...] os tons de pele existentes entre os alunos, as características de cada um, o que nos define, o que nos torna únicos, e o que nos torna iguais como seres humanos, desmistificando a ideia de que temos raça/cor definidas e sim uma identidade étnica.”  
(PONCE, 2016, p. 10)

A partir de um vídeo sobre o Projeto Humanae da artista plástica Angélica Dass, o professor de Biologia, Paulo Cesar Dolibaina, aplicou um questionário aos alunos de uma turma de 2ºano, o qual possuía as seguintes perguntas: *1. Tendo como princípio o que você assistiu no documentário Humanae, escreva quais as suas percepções em relação as “cores de pele”*

*existentes e como você se vê. 2. Biologicamente, o que determina termos cores de pele diferentes? 3. Relate algum fato relacionado a convivência com pessoas de cores de pele diferente da sua.*

Algumas respostas chamam a atenção, tendo em vista o objetivo do trabalho de autodeclaração. Para preservar a identidade, os alunos estão identificados por letras. Em relação à pergunta 1, o aluno A respondeu: *“Para mim esse documentário ajuda bastante as pessoas declararem a sua pele. Normalmente, elas têm vergonha porque podem ser discriminadas [...]”*. O aluno B trouxe a seguinte reflexão: *“[...] o documentário é muito lindo e mostra como a cor da pele influencia na nossa vida e ela, por simples que seja, tem papel direto nas consequências da vida. [...] eu me vejo como uma pessoa de cor amarela, por ser descendente de asiáticos e me orgulho muito de honrar meus ancestrais”*. O aluno C descreveu uma angústia: *“[...] infelizmente, ainda depois da abolição da escravidão, existem pessoas que acham que negros são inferiores, que cabelo crespo é cabelo ruim, eu mesma tenho cabelo encaracolado e antes eu achava que só alisando meu cabelo, ficava bonito ou aceitável [...]”*.

Em relação à pergunta 2, a maior parte dos alunos chegaram à mesma resposta, exemplificado pelo aluno D: *“A cor da nossa pele é determinada pela melanina. A quantidade que temos de pigmento determina a tonalidade da nossa pele. [...] as células responsáveis por produzirem essa substância são chamadas de melanócitos e ficam situadas na epiderme do corpo. Todas as pessoas possuem o mesmo número de células, o que muda é a quantidade de melanina produzida”*.

Em relação à pergunta 3, a maior parte dos alunos não souberam relatar alguma situação que presenciou com alguma pessoa de cor de pele diferente, mas uma resposta trouxe alguns xingamentos que ocorreram no decorrer do caminhar escolar de um dos alunos. O aluno relatou preconceito com alunos indígenas e xingamentos como “negro fedido”.

Esta atividade gerou um momento de reflexão aos alunos do 2º ano, pois estavam numa fase de formação de opinião crítica, analisando cada pergunta e respondendo conforme as suas vivências. Pelas respostas, compreende-se que os alunos entenderam a quantidade de tonalidades de pele existentes e que o racismo pela cor da pele não tem fundamento, visto pela Arte com o projeto *Humanae* e o trabalho inicial realizado pelo professor de Biologia sobre a quantidade de melanócitos produzidas pelo corpo humano.

O trabalho com os docentes no início do ano letivo de 2017, resultou em uma série de trabalhos interdisciplinares com os alunos do colégio. Os docentes das disciplinas de Ciências, Inglês, Arte e Matemática se uniram para desenvolver o trabalho final de implementação do PDE da Professora Jucelia Celeste Ponce.

Os objetivos do trabalho eram: observar os fenótipos e multiplicidades de cores de pele, e como esses são retratados por artistas variados; realizar retratos dos colegas de sala, mostrando a diversidade de fenótipos e cores de pele; entender que a cor da pele é um fator biológico, podendo ser alterado pelo meio externo, porém não deve ser levado em conta no que tange à formação do ser humano; e perceber os aspectos socioculturais da cor da pele em nossa sociedade.

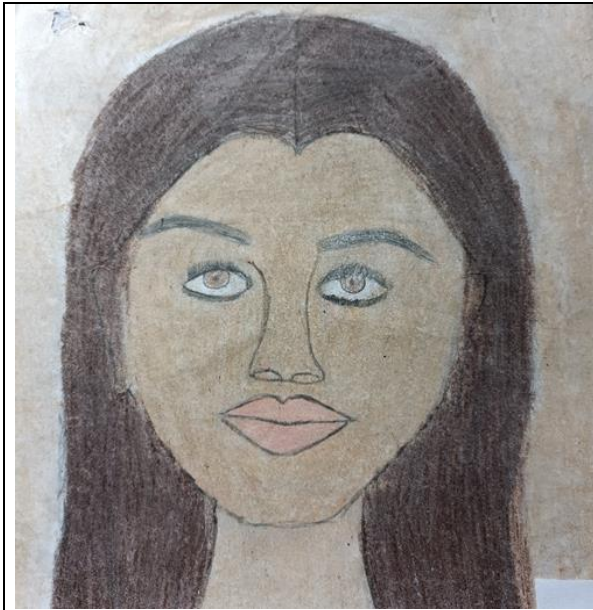
A professora de Ciências, Maria Lucia Correa Ricardo, trabalhou as definições de fenótipo e genótipo em relação à melanina produzida para a coloração da pele e suas diferentes tonalidades. O termo “fenótipo” (do grego pheno, evidente, brilhante, e typos, característico) é utilizado para indicar as características apresentadas por um indivíduo, sejam elas morfológicas, fisiológicas e comportamentais. Já o termo “genótipo” (do grego genos, originar, provir, e typos, característica) diz respeito à constituição genética do indivíduo, aos genes que ele possui, ou seja, nos referindo ao genótipo quando mencionamos que a cor negra da pele humana pode ser representada por AABB. Com esse entendimento os alunos puderam perceber as características externas, fisiológicas de grupo, analisando a aparência de cada um como o formato dos olhos, a tonalidade da pele, cor e textura do cabelo, dentre outros. (AMABIS; MARTHO, 2010) (PONCE, 2016, p. 13)

A professora de Inglês, Luciana Barizon Pires, trabalhou o poema “O menino negro”. Escrito por uma criança angolana, o poema trouxe aos alunos a percepção de que a cor não define caráter, mas mostra que cada cor de pele tem a sua beleza e que o respeito deve prevalecer.



Fonte: Arquivo Equipe Multidisciplinar 2017

A professora de Arte, Sara Thaís Barros, trabalhou com os alunos a construção de autorretratos, em que utilizaram giz de cera de cores de pele e as tintas elaboradas na exploração de cores, ressaltando a cor de cada um, observando a forma de ver uns aos outros, desafiando-os a pensar sobre tons de pele, repensando a sua identidade étnica: branco, vermelho, preto e amarelo, associadas a raça. A seguir, alguns trabalhos realizados pelos alunos:





Fonte: Arquivo Equipe Multidisciplinar 2017





Fonte: Arquivo Equipe Multidisciplinar 2017



Fonte: Arquivo Equipe Multidisciplinar 2017

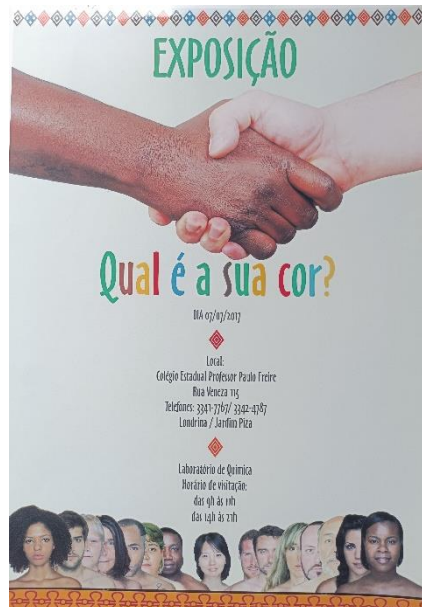


Fonte: Arquivo Equipe Multidisciplinar 2017

As traduções e autorretratos foram organizados em uma instalação composta por 16 cubos suspensos, construídos nas aulas de Matemática, tendo como responsável Professor Jeferson Cardoso da Silva utilizando varetas de bambu para as arestas e as faces revestidas em papéis preto, trabalhando-se o conteúdo de sólidos geométricos.

Outro professor de Matemática, Maycon Odailson da Fonseca, analisou as respostas do questionário e realizou o Tratamento da informação, contribuindo para que o aluno estabelecesse relações com as outras disciplinas, realizando uma leitura crítica dos eventos ocorridos na sociedade em diferentes épocas, como também interpretando tabelas e gráficos.

O resultado do trabalho resultou em uma exposição denominada: “Qual é a sua cor?”. Esta exposição proporcionou a interação entre a comunidade escolar e a comunidade externa. A escola recebeu a coordenadora das E.M de nosso NRE, professora Marcia Cacilda Ribeiro e também a diretora auxiliar do C.E. Antonio Moraes de Barros professora Cristiane Freitas e sua E.M. juntamente com os alunos da Equipe Multidisciplinar de seu colégio. A visita destes importantes integrantes escolares trouxe um momento de descontração, interação e união entre os alunos do colégio e os estudantes do colégio visitante. A seguir, alguns registros encontrados no arquivo da Equipe Multidisciplinar referente à exposição:



Fonte: Arquivo Equipe Multidisciplinar 2017



Fonte: Arquivo Equipe Multidisciplinar 2017



Fonte: Arquivo Equipe Multidisciplinar 2017

De acordo com Ponce (2016), a classificação racial adotada como oficial é a do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) por meio da autodeclaração, escolhendo entre cinco itens (branco, preto, pardo, amarelo e indígena). O aluno envolvido na discussão teve a consciência de que o seu “tom de pele” vai além de cinco possibilidades, que não há motivo para racismo, preconceito e discriminação baseado na concentração de melanina (Memorial Descritivo, p. 2).

Em abril de 2017, de acordo com o memorial descritivo de 2017, a escola recebeu a visita de integrantes do PROPE- UEL Programa de Apoio ao Acesso e Permanência para a Formação do Estudante, para uma discussão com os estudantes dos terceiros anos do Ensino Médio. A visita propiciou um debate com informações e esclarecimentos acerca do processo de ingresso na UEL, o funcionamento do sistema de cotas e as condições de permanência do estudante numa Instituição de Ensino Superior (IES), dando amadurecimento e perspectivas novas aos estudantes. Foi aplicado um questionário contendo questões para que tenham um

maior entendimento sobre o alunado interessado em ingressar na UEL. Perguntas do tipo: se sabem que a UEL é gratuita, se já viram uma prova de vestibular, se prestará vestibular no corrente ano, se conhecem o sistema de vagas da UEL para alunos do ensino público e para aqueles que se autodeclararam negros, se acham que ainda existe racismo no Brasil e a opinião deles sobre o sistema de cotas, se é favorável ou contra, pedindo uma justificativa. A interação foi considerada positiva pois os alunos se mostraram críticos e participativos durante toda a atividade.

Com a visita dos integrantes do PROPE-UEL na escola e com todas as atividades desenvolvidas durante a implementação do PDE da Professora Jucelia Celeste Ponce, trouxeram aos alunos uma perspectiva diferenciada sobre a cor da pele e as diferentes tonalidades que cada pessoa pode ter. Pois, de acordo com Ponce (2016):

“Toda a implementação foi permeada pelo projeto Humanae, de Angélica Dass, dando uma certeza que estávamos no caminho certo, uma vez que a denominação utilizada pelo IBGE causava em certos momentos constrangimento por parte dos alunos. O grupo teve tranquilidade para tratar da questão da autodeclaração com os discentes. De certa forma, os alunos “abstrairam” o seu tom de pele, vendo que a artista o codifica por números e conseqüentemente os tons de pele. Isso não nos exime de um trabalho futuro em que se discuta a pertinência da nomenclatura utilizada pelo IBGE e seus desdobramentos.” (PONCE, 2016, p. 15)

## **6. REFLEXÕES SOBRE A RESISTÊNCIA À ESCRAVIDÃO E A VALORIZAÇÃO DA CULTURA NEGRA: ELEMENTOS FUNDAMENTAIS NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO**

### **6.1 – A Resistência Negra trabalhada na escola**

Na historiografia da educação dos negros no Brasil, é relatado como os negros encontravam mecanismos alternativos de acesso à leitura e a escrita como forma de resistência a condição que lhes era imposta pela sociedade da época. A importância desse processo de resistência a partir de mecanismos de apropriação da leitura e da escrita como forma de negar a representação negativa construída pelos portugueses da capacidade intelectual dos povos africanos. Moraes (2016, p. 107) discorre: “[...] desde o século XVI foi construída, entre os portugueses que chegavam ao continente africano, uma representação negativa acerca das capacidades intelectuais daqueles povos primitivos [...]”.

Em Minas Gerais, no ano de 1835, os escravos eram proibidos de frequentar as escolas públicas. As elites acreditavam que o acesso às tecnologias da leitura e da escrita, poderia acarretar no descontrole do que eles nomeavam “massas perigosas”. Somente admitiam a possibilidade de a educação de um filho, livre ou forro, ou de um escravizado ainda pequeno ser confiada a um mestre artesão ou professor particular. Estes professores lecionavam nas residências dos pupilos ou em locais organizados pelos próprios mestres. Essa foi a alternativa encontrada, por exemplo, pela africana forra Antonia Soares Rodrigues, que encaminhou seus filhos para o mundo das letras, provavelmente com o intuito de lhes garantir um futuro melhor. (MORAIS, 2016, p.104)

De acordo com Moraes (2016, p. 98), a importância da escolarização de ex-escravizado se mostra fundamental a partir de 1860:

“[...] é que a escolarização começa a ser vista como uma questão fundamental para a adaptação dos ex-escravos à nova sociedade que principiava a ser esboçada no Brasil, com base no trabalho livre. A escolarização dos filhos de escravos passa a constituir uma atribuição legal em 1871, com a Lei do Ventre Livre.” (MORAIS, 2016, p.98)

A revolta dos Malês ocorrida em Salvador, no ano de 1835, foi uma das formas de resistência religiosa no período regencial no Brasil. Os escravizados portavam amuletos que continham papéis escritos em árabe, produzidos por escravizados islâmicos e utilizados com a finalidade de proteger quem os portava. A revolta é também citada por Gilberto Freyre em Casa

grande & senzala (2005, p. 382), ao sugerir que “nas senzalas da Bahia de 1835 havia talvez maior número de gente sabendo ler e escrever do que no alto das casas grandes”. (MORAIS, 2016, 100)

Entre os islâmicos negros na Bahia, havia uma valorização da leitura e da escrita árabe e, para a sociedade branca que continuava predominantemente analfabeta, não deve ter sido fácil aceitar que escravizados africanos possuísem a escrita como forma de comunicação. Naquele contexto, para a elite baiana, escrever era um sinal indiscutível de civilização, e os africanos eram situados no universo da barbárie, da pré-escrita. (LUZ, 2016, p.136)

Alguns negros escravizados sabiam ler e escrever, e também sabia da importância deste conhecimento para o seu povo. Luz (2016, p. 126) descreve:

“[...] o carpina Izídio sabia ler e escrever muito bem. E, uma vez de posse do conhecimento das letras, também tinha consciência do quanto isso poderia ser estrategicamente utilizado para favorecer seu grupo social, mesmo que fosse a partir de uma ação mais direcionada ao seu segmento profissional. Por isso, nada mais coerente de sua parte que oferecer aulas de primeiras letras para seus companheiros de trabalho e de associação, na sua casa e no horário noturno [...]” (LUZ, 2016, p.126)

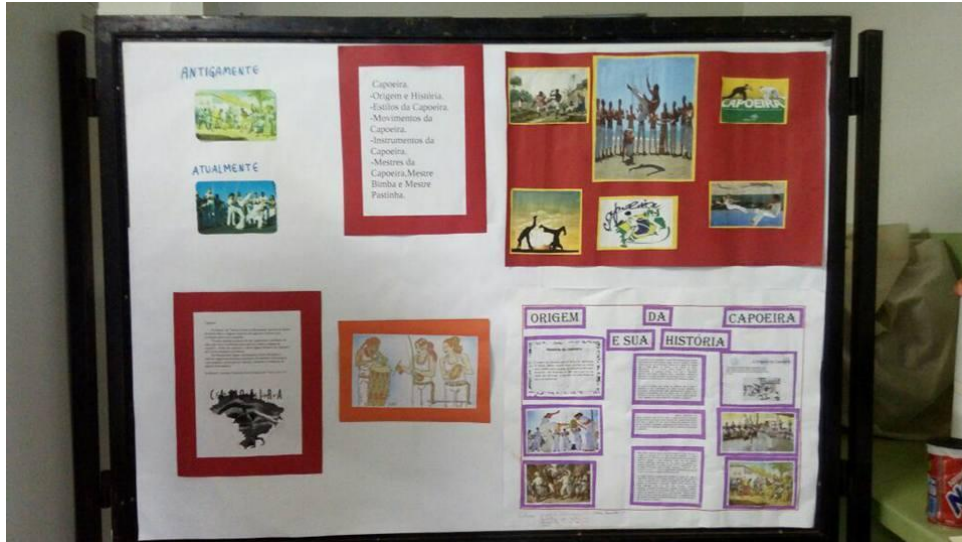
Um importante marco na história de resistência dos negros foi a Lei do Ventre Livre, que determinava que os filhos das mulheres escravizadas nascidos em 1871 seriam considerados livres. A aplicação desta lei enfraqueceu a legitimidade da escravidão e foi usada no movimento abolicionista para combatê-la.

De acordo com Cruz (2016, p. 175), a lei em nenhum momento coloca de forma explícita a obrigatoriedade do Estado, do senhor ou das mães de promover a criança o acesso à escola, mas ela é considerada a primeira referência oficial que relegava ao Estado o dever de educar os negros nascidos livres.

A partir do Plano de Ação para o ano de 2017, observa-se que vários elementos de resistência foram trabalhados pela escola, inclusive a Revolta dos Malês que demonstra o domínio da leitura e escrita pelos revolucionários. É de fundamental importância o estudo da história da educação dos negros no Brasil, tendo em vista que foi pela escola que os negros encontraram um caminho de resistência diante daqueles que diziam que sua capacidade intelectual era inferior à dos colonizadores.

Segundo o Memorial Descritivo (2017), a professora de Educação Física, Adriana Tomé Da Silva, trabalhou os principais elementos da capoeira, vista como forma de resistência dos negros. A capoeira era praticada por escravizados e ex-escravizados rurais e urbanos. Era uma luta disfarçada de dança que os preparava para as possíveis rebeliões. A expressão da rebeldia era demonstrada através das rodas de capoeira, mostrando suas origens e como se sentiam por

serem tirados da sua terra para serem escravizados. O memorial descritivo não traz informações dos resultados obtidos com este trabalho, mas ressalta a importância da professora de Educação Física trabalhar com os alunos, tendo em vista a relação da disciplina com a temática e o olhar do aluno para a capoeira, não como uma dança ou luta, mas uma forma de resistir à escravidão e as opressões da sociedade brasileira da época.



Fonte: Arquivo Equipe Multidisciplinar 2017

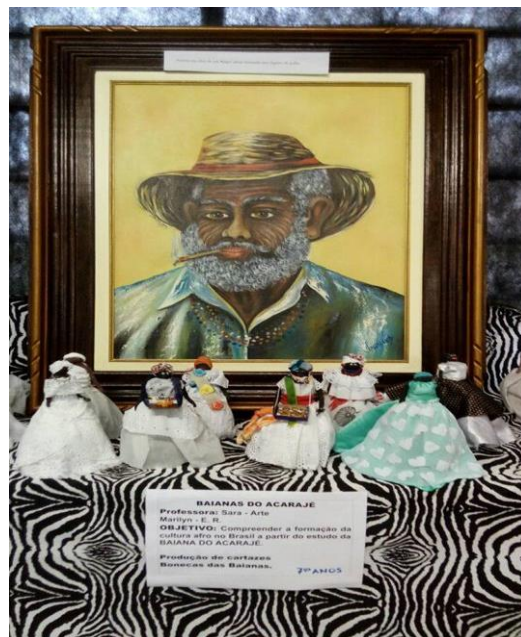
A professora de História, Marilena Fialkowski, e de Ensino Religioso, professora Marilyn Beloni Laureano, trabalharam com os alunos a Revolta dos Malês, focando nos objetivos abolicionistas, religiosos e educacionais que os escravizados buscavam. Segundo o Memorial Descritivo (2017), os alunos refletiram sobre a discriminação racial e a intolerância religiosa da Bahia na época. Os negros islâmicos que exerciam suas atividades livres eram muito perseguidos pela elite baiana. A Revolta ocorreu para o “fim da escravidão” e da imposição do catolicismo. Após este trabalho sobre a revolta, os alunos realizaram uma pesquisa sobre a diversidade de povos africanos que foram trazidos ao Brasil e hoje compõem a nossa população.

Um trabalho interdisciplinar de Arte, com a professora Sara Thaís Barros e História, professora Marilyn Beloni Laureano, foi realizado com o seguinte tema: A origem das baianas e as baianas do acarajé: uma forma de resistência. Consideradas como Patrimônio Cultural do Brasil, as baianas do acarajé são memória histórica e afetiva da Bahia. Neste trabalho, a professora de Arte envolveu a produção das bonecas com sucata (garrafa pet) para exposição. A professora de História desenvolveu com os alunos um trabalho teórico de pesquisa e aulas expositivas a partir de imagens e textos sobre as baianas do acarajé. Juntas, as disciplinas discutiram sobre a importância que as baianas têm para a resistência negra tendo em vista a

história do acarajé, uma iguaria vendida pelas mulheres para sustentar seus maridos e filhos. Com o tráfico negreiro elas trouxeram esta prática para o Brasil, especialmente nas áreas urbanas, onde vendiam quitutes nas ruas para comprar sua liberdade.



Fonte: Arquivo Equipe Multidisciplinar 2017



Fonte: Arquivo Equipe Multidisciplinar 2017

A professora de Arte, Sara Thaís Barros, juntamente com a professora de História, Marilena Fialkowski trabalharam com os alunos uma obra denominada “O Jantar”. As disparidades existentes na sociedade brasileira têm uma raiz, é necessário que essas raízes sejam expostas, analisadas e refletidas para que os alunos reconheçam o problema e possam se



manifestar para a desconstrução das desigualdades que se perpetuaram ao longo da história brasileira.

Os objetivos do trabalho eram: conhecer a biografia de Jean-Baptiste Debret, o contexto histórico do período em que o artista esteve no Brasil e os objetivos de sua vinda ao Brasil; analisar e interpretar a obra "Um jantar brasileiro", considerando a imagem e seu relato no livro "Viagem pitoresca ao Brasil"; refletir sobre as disparidades existentes na sociedade brasileira da época, a partir da seguinte frase: " O escravismo era o pilar de sustentação econômica e social, do Brasil, pois quem trabalhava eram os escravos" ; análise crítica da obra de Rodrigo Leão "Privilégios ameaçados", identificadas na obra de Debret; construção de releituras tridimensionais das obras estudadas, após as análises e debates. Alguns registros dos trabalhos foram feitos:



Fonte: Arquivo Equipe Multidisciplinar 2017



Fonte: Arquivo Equipe Multidisciplinar 2017



Fonte: Arquivo Equipe Multidisciplinar 2017



Fonte: Arquivo Equipe Multidisciplinar 2017

As releituras tridimensionais focaram em vários aspectos, descrevendo a realidade da época, retratando a desigualdade social existente na época e que muitos aspectos se estendem até hoje. Foi retratado a situação da classe dominante do Brasil, em que muitas vezes o negro

ocupa posições inferiores, sendo alvo de preconceito na sociedade. Outro aspecto evidente foi a diferença de oportunidades entre homens e mulheres, explicitando o preconceito e desigualdade de acordo com a raça, cor e gênero nos dias atuais.

Portanto, todos os trabalhos realizados pelos professores, traz de forma clara as formas de resistência vivenciadas pelos negros escravizados, preservando sua cultura e buscando reconhecimento pelos conhecimentos silenciados pela sociedade brasileira. Ressalto o interessante debate junto aos estudantes da escola pública no Brasil, a importância desse processo para os negros ao longo de toda trajetória do processo de escravidão no Brasil.

## **6.2 – A Cultura Africana abordada na escola**

A Cultura Africana sempre foi negada ao longo da história da sociedade brasileira. A religião é um exemplo muito claro disso, pois, de acordo com Cressoni (2016, p. 86) dentro da sociedade portuguesa, os negros escravizados foram silenciados diante da sua religiosidade, sendo obrigados a se converterem ao cristianismo, reconfigurando a posição social na América portuguesa.

Mesmo com a distância da sua terra, os escravizados podiam muito bem ressignificar suas práticas, gerando representações diferentes das esperadas pelos colonizadores. Ainda com a existência dessa associação cultural, que era diferente das esperanças portuguesas, os jesuítas insistiam na mudança da forma de ser dos escravizados, desempenhando um papel que caminhava em direção ao aporuguesamento das ideias e ações na América. (CRESSONI, 2016, p.90)

Conforme Cressoni (2016, p. 90-91), os novos modos de comportamento, castigos, técnicas de trabalho e, principalmente, o contato com os padres da Companhia arquitetavam a forma de ser desses trabalhadores. Com isso, afirma-se que a aculturação e educação religiosa caminhavam juntas na proposição de uma nova aprendizagem social dos negros escravizados.

Sobre essa negação da cultura negra pelos colonizadores portugueses, Luz (2016, p. 117-118) diz:

“Afiml, de acordo com Gomes (1996), não se pode desconsiderar a questão racial como um lugar de destaque na formação da nossa sociedade, que teve suas bases econômicas, sociais e culturais constituídas sobre o trabalho escravo, e a negação da cultura negra foi um dos principais enfoques no processo de construção da tão propalada ‘identidade nacional’.” (LUZ, 2016, p.117,118)

O principal foco dos grupos colonizadores da civilização brasileira era o silenciamento das práticas culturais africanas, de forma que as festas, os batuques, as danças, os ajuntamentos, a capoeira e os rituais religiosos foram se tornando incômodos na sociedade. Ao mesmo tempo, estar associado a tais práticas culturais passou a soar negativamente, produzindo o distanciamento dos sujeitos que queriam ser bem vistos na sociedade. Então, o vislumbre da inserção na sociedade buscava práticas que aproximassem o mais possível do padrão humano. (CRUZ, 2016, p.165)

Cruz (2016, p. 165) ainda ressalta:

“Estar vinculado a uma confraria religiosa, pentear cabelos, usar sapatos, roupas de seda, roupas bem engomadas, usar chapéus, tocar instrumentos musicais de origem europeia, fazer uso da escrita e leitura são exemplos de práticas culturais cotidianas que, vivenciadas por negros, permitiam uma aproximação com a imagem de ‘civilizados’.” (CRUZ, 2016, p. 165)

Portanto, o processo de valorização da Cultura Africana na escola pública atual é umas das formas de reparar essa dívida social deixada pelos portugueses colonizadores. Negar esse processo de acultramento e permitir que os negros façam suas opções culturais numa sociedade democrática é uma forma de reparar esse passado.

Tendo em vista a valorização da cultura africana, o Plano de Ação de 2017 mostra encaminhamentos e trabalhos com os alunos que evidenciam a cultura, a religião e a valorização da diversidade. No mês de agosto, para iniciar as discussões sobre a cultura africana, foi trabalhado um vídeo com a temática: Valorização da Beleza e Diversidade. Logo após, gerou-se um bate-papo com os alunos sobre o uso do turbante como forma de resistência e luta. As belezas e riquezas silenciadas na história dos povos africanos foram refletidas, de forma que cada aluno repensou sobre a sua beleza dentro do espaço escolar.

Diante disso, a Equipe Multidisciplinar organizou uma Oficina de penteados com tiaras e turbantes, com a participação de cabelereiros especializadas em cabelo e penteado africano. Tanto os alunos quanto as alunas, participaram da oficina aprendendo como montar um turbante, como usar uma tiara no cabelo, como usar tranças. Alguns registros preciosos foram fotografados:



Fonte: Arquivo Equipe Multidisciplinar 2017



Fonte: Arquivo Equipe Multidisciplinar 2017



Fonte: Arquivo Equipe Multidisciplinar 2017



Fonte: Arquivo Equipe Multidisciplinar 2017



Fonte: Arquivo Equipe Multidisciplinar 2017



Fonte: Arquivo Equipe Multidisciplinar 2017

Segundo o Memorial Descritivo (2017), para a Oficina da Valorização da Beleza Negra com oficinas de cabelo, foi realizada uma campanha para conseguir tecidos que pudessem ser usados para os turbantes e tiaras. Também os meninos gostaram de participar fazendo cortes masculinos. A Equipe Multidisciplinar descreveu o evento como um momento ímpar de grande

comprometimento e felicidade na escola, em que os alunos e alunas se sentiram mais lindos e valorizados.

No mesmo mês de agosto, a agente educacional II Aparecida Lourença Rodrigues, responsável pela biblioteca, organizou um momento denominado “Hora da Leitura” com livros da Literatura infanto-juvenil com as temáticas indígena e africana.



Fonte: Arquivo Equipe Multidisciplinar 2017

No mês de setembro, a professora de Ciências, Maria Lucia Correa Ricardo, trabalhou com os alunos uma pesquisa sobre o Prêmio Nobel de Ciências para pessoas negras, estabelecendo uma discussão sobre os resultados da pesquisa com as personalidades negras. Também foi realizado um estudo do teor das pesquisas científicas realizadas por negros e negras e que contribuíram de alguma forma para o avanço científico.

Segundo o Memorial Descritivo (2017), a diversidade religiosa foi trabalhada de forma interdisciplinar nas disciplinas de História e Ensino Religioso, com objetivo de promover o conhecimento sobre as maiores religiões. A mitologia religiosa foi explorada como forma de promover o conhecimento sobre os mitos de origem religiosa: europeia, asiática e africana.

De acordo com o Memorial Descritivo (2017), a origem histórica do Candomblé foi trabalhada pela professora de História, Marilyn Beloni Laureano como forma de promover o conhecimento e o consequente respeito às religiões de Matriz africana, como colaboradoras na formação da identidade do povo brasileiro, uma vez que o conhecimento dos alunos gera o respeito e combate o preconceito.

No mês de outubro, a professora de Ensino Religioso, Marilyn Beloni Laureano, realizou com os alunos um estudo sobre os deuses africanos e a simbologia de suas armas na



religiosidade, com o mesmo objetivo de transmitir o conhecimento para os alunos para gerar o respeito com a religiosidade africana.

No término das atividades letivas em novembro, a Equipe Multidisciplinar organizou um Seminário da Consciência Negra, com o intuito de expor os trabalhos realizados pelos alunos no decorrer do ano letivo, proporcionando um momento de interação entre os integrantes da comunidade escolar. A equipe também explicitou em palestra todos os resultados dos trabalhos desenvolvidos durante o ano de 2017, propiciando uma reflexão do crescimento individual e coletivo da equipe, observando futuras demandas para o ano de 2018.

## 7. CONCLUSÃO

Com este trabalho, percebe-se o quão difícil foi para o negro ter acesso ao conhecimento. Tortuosos os caminhos que foram trilhados pelos negros para que hoje a cultura africana seja trabalhada na educação. Portanto, considera-se a Equipe Multidisciplinar como uma vitória no enfrentamento ao racismo dentro da escola, porque a comunidade escolar se envolve para aprender, debater e juntos construir um ambiente de mais amor e respeito.

Ressalto a importância da formação continuada dos professores no decorrer do ano letivo, pois nem tudo o que acontece na escola é aprendido na universidade. Percebeu-se muita dificuldade dos professores para analisar na sua disciplina conteúdos referentes à cultura Afro-Brasileira e Africana, pois nem todos tiveram acesso aos estudos para educação das relações étnico-raciais em sua formação docente.

Refletindo no ensino da Química, não houve um trabalho desenvolvido por parte do professor frente à disciplina. A Química é uma disciplina presente na área de conhecimento das Ciências da Natureza. No processo de formação de um docente nesta área de conhecimento, as relações étnico-raciais são pouco mencionadas e desenvolvidas durante este processo. Embora o meu curso de graduação possua uma disciplina voltada para a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a disciplina não é obrigatória para os estudantes da Licenciatura, e é realizada juntamente com os estudantes das engenharias da universidade, tornando a disciplina generalista, não sendo possível trabalhar especificamente o processo de formação docente.

Contudo, é possível encontrar dentro da disciplina de Química, conteúdos que trabalhem com as relações étnico-raciais. Assuntos como o ciclo da cana de açúcar, a fermentação da cerveja egípcia e a metalurgia do ferro podem ser abordados em sala de aula, relacionando-os com a cultura africana e suas influências na cultura brasileira.

O trabalho da Equipe Multidisciplinar é contínuo, desenvolvido no dia-a-dia. O estudante é fruto de suas vivências dentro da sociedade, visto que alguns vêm de famílias preconceituosas. Portanto, é na escola que o estudante vai ter acesso à conhecimentos que vão rompendo gradativamente suas concepções, a partir de suas reflexões individuais. Muitos saem da escola com uma visão de mundo ampliada, mas outros vão desenvolvendo isso ao longo de sua vida, que em momentos chave irão se lembrar das reflexões realizadas na escola, percebendo conceitos e ideias preconceituosas em suas atitudes, iniciando assim um processo de desconstrução do racismo.

Então, o trabalho com relações étnico-raciais não é realizado de modo à aprender e aplicar, mas sim um processo de construção do pensamento no qual o aluno irá duvidar, confrontar as informações, ter suas próprias experiências, e assim ele vai se construindo com elementos aprendidos dentro da escola e outros ao longo do tempo.

O processo de implementação da Lei N° 10.639/03, que garante o trabalho com a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é recente. Há quase 20 anos da lei, observa-se que no Paraná tornou-se obrigatório somente em 2010, iniciando com um trabalho tímido em 2007. O processo de formação continuada dos professores foi crucial para o avanço nas discussões e trabalhos relacionados à Educação das Relações Étnico-Raciais nas escolas.

A intervenção pedagógica do PDE da professora Jucélia Celeste Ponce, juntamente com os trabalhos da Equipe Multidisciplinar, retrata um caminhar, uma construção contínua de conhecimento da história e cultura, bem como do autoconhecimento ao estimular a autodeclaração, com ações instigadoras que fazem o estudante refletir sobre si, sobre como sua família e como a sociedade o vê.

Portanto, ao refletir sobre meu caminhar na construção deste trabalho, sinto que estou mais preparado para minha carreira docente. Não somente para desenvolver conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Química, mas para conduzir corretamente as situações de racismo que poderão acontecer durante as minhas aulas ou na escola. Mais que um professor comprometido com a Lei 10.639/03, me torno um professor mais humano, empático e amoroso, na esperança de que este trabalho influencie outros professores à abordar a História e Cultura Afro-brasileira e Africana no enfrentamento do racismo.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **O que é Racismo Estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5465054/mod\\_resource/content/1/ALMEIDA\\_2019.\\_O\\_QUE\\_E\\_RACISMO ESTRUTURAL.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5465054/mod_resource/content/1/ALMEIDA_2019._O_QUE_E_RACISMO ESTRUTURAL.pdf). Acesso em: 23 maio 2022.
- ARANTES, Adlene Silva. Discursos sobre eugenia, higienismo e racialização nas escolas primárias pernambucanas (1918-1938). In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. **A História da Educação dos Negros no Brasil**. Niterói: Eduff, 2016. p. 363-394.
- BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Um balanço sobre a produção da história da educação dos negros no Brasil. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. **A História da Educação dos Negros no Brasil**. Niterói: Eduff, 2016. p. 51-70.
- BRASIL. Ministério da Educação/SECAD. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2004.
- CAMARGO, Marysson; BENITE, Anna. EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE QUÍMICA: sobre a lei 10.639/2003 no ensino superior. **Química Nova**, Goiânia, v. 15, n. 00, p. 1-11, 26 jun. 2019. Sociedade Brasileira de Química (SBQ). <http://dx.doi.org/10.21577/0100-4042.20170375>. Disponível em: <http://static.sites.s bq.org.br/quimicanova.s bq.org.br/pdf/ED20190002.pdf>. Acesso em: 31 out. 2022.
- CIVIL, Casa. **Definição do PDE**. 2010. Sistema Estadual de Legislação. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=56196&indice=1&totalRegistros=10&anoSpan=2012&anoSelecionado=2010&mesSelecionado=0&isPaginado=true>. Acesso em: 25 nov. 2022.
- COQUEIRO, Edna Aparecida; SILVA, Eleuza Teles da; LOPES, Tania Aparecida; SANTOS, Kenneth Dias dos; ROCHA FILHO, Luiz Camões Pedroso da. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11., 2013, Curitiba. **EQUIPE MULTIDISCIPLINAR: UMA EXPERIÊNCIA DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA NA REDE ESTADUAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO PARANÁ**. Curitiba: Seed, 2013. p. 17887-17898. Disponível em:

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cfc/artigo.pdf>. Acesso em: 04 maio 2022.

CRESSONI, Fabio Eduardo. Missão, ensino e escravidão: pedagogia jesuítica nas obras de Jorge Benci e Antonil. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. **A História da Educação dos Negros no Brasil**. Niterói: Eduff, 2016. p. 73-93.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Escravos, forros e ingênuos em processos educacionais e civilizatórios do Maranhão no século XIX. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. **A História da Educação dos Negros no Brasil**. Niterói: Eduff, 2016. p. 163-187.

DIONYSIO, Renata Barbosa; AMORIM, Gilberto da Conceição; OLIVEIRA, Roberto Dalmo Varallo Lima de. Direitos Humanos na aula de Química: um relato de experiência a partir da aplicação da Lei 10.639/2003. **Revista Práxis**, Araguaína, v. 14, n. 7, p. 64-70, 14 dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.unifoa.edu.br/praxis/article/view/758/624>. Acesso em: 12 maio 2022.

DIWAN, Pietra. **Raça Pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

FOGAÇA, Jennifer Rocha Vargas. A Química Envolvida na Cor da Pele; Brasil Escola. Disponível em < <https://brasilecola.uol.com.br/quimica/a-quimica-envolvida-na-cor-pele.htm>>. Acesso em 29 de mai. 2017.

FONSECA, Marcus Vinícius. A população negra no ensino e na pesquisa em História da Educação no Brasil. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. **A História da Educação dos Negros no Brasil**. Niterói: Eduff, 2016. p. 23-50.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antonio Flavio; CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. Cap. 3. p. 67-89.

LUZ, Itacir Marques da. Sobre arranjos coletivos e práticas educativas negras no século XIX: o caso da sociedade dos artistas mecânicos e liberais de Pernambuco. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. **A História da Educação dos Negros no Brasil**. Niterói: Eduff, 2016. p. 117-140.

MARINHO, Fundação Roberto. A Cor da Cultura: por uma pedagogia antirracista. In: MARINHO, Fundação Roberto. **Modos de Fazer**: caderno de atividades, saberes e fazeres. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010. p. 5-11.

MIDÕES, Ana Carla Dantas. **ENSINO DE QUÍMICA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES DO ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE**

**QUÍMICA (ENEQ) DE 2008 A 2016.** 2016. 52 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/173081/TCC\\_final\\_corrigeido\\_Ana\\_Carla.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/173081/TCC_final_corrigeido_Ana_Carla.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 23 mar. 2021.

MORAIS, Christianni Cardoso. Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? (Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. **A História da Educação dos Negros no Brasil**. Niterói: Eduff, 2016. p. 95-115.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do. **Documento-síntese**. 2016. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pde\\_rotatorios/2016/documento\\_sintese\\_2016.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pde_rotatorios/2016/documento_sintese_2016.pdf). Acesso em: 25 out. 2022.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do. **Plano de Ação**. Londrina, 2017.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do. **Memorial Descritivo**. Londrina, 2017.

PONCE, Jucélia Celeste. **Equipes Multidisciplinares e seu papel nas escolas: uma experiência baseada em obras de arte**. 2016. 16 f. Artigo (PDE) - Curso de Artes Visuais, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos; SCHNETZLER, Roseli Pacheco. Educação em Química: Compromisso com a cidadania. Ijuí: Unijuí, 2010.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Trajetórias Cruzadas e ação docente em luta por educação: andré rebouças (1838-1898), josé do patrocínio (1853-1905) e manuel querino (1851-1923). In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. **A História da Educação dos Negros no Brasil**. Niterói: Eduff, 2016. p. 191-216.

SILVA, Maria Nilza da. ABDIAS DO NASCIMENTO E A LEI 10.639/03. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 14, p. 21-32, 25 nov. 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24345/17323>. Acesso em: 11 maio 2022.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. A escola do professor Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização do mundo escravista. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. **A História da Educação dos Negros no Brasil**. Niterói: Eduff, 2016. p. 141-162.

SILVA, Tiago de Paula. **EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O ENSINO DE QUÍMICA: uma análise das ações realizadas pela Equipe Multidisciplinar do**

Colégio Estadual Professor Paulo Freire - 2017. 2022. 30 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Química, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina, 2022.

SOUZA, Mayra Caroline de. **HETEROIDENTIFICAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DA COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO DE AUTODECLARAÇÃO DE CANDIDATOS AS VAGAS RESERVADAS ÀS COTAS RACIAIS: O Pioneirismo da Universidade Estadual de Londrina.** 2019. 48 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

THE beauty of human skin in every color | Angélica Dass. S.I.: Tedtalks, 2016. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NiMgOkIgeos>. Acesso em: 13 nov. 2022.